

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 02 de maio de 2022 às 07h58*  
*Seleção de Notícias*

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

<b>Luciano Delgado: Direito do titular de fixar valor e licença .....</b>	<b>3</b>
---	----------

CONSULTOR JURÍDICO

## GloboEsporte.com | BR

Pirataria

<b>Pirataria de artigos esportivos no Brasil causa R\$ 9 bi de prejuízo a empresas em 2021: "Consumidor paga conta" .....</b>	<b>5</b>
---	----------

## Migalhas | BR

ABPI

<b>JF manda INPI fazer plano de reestruturação e União repassar receitas .....</b>	<b>8</b>
--	----------

# Luciano Delgado: Direito do titular de fixar valor e licença

Por Luciano Oliveira Delgado

De conhecimento de todo o operador do direito que as súmulas editadas pelo Poder Judiciário possuem crucial importância no procedimento judicial, objetivando uniformizar o entendimento e tornar mais célere e efetiva a tutela ao cidadão, procurando prevenir decisões conflitantes, no que privilegia a segurança jurídica, decorrendo disso o protagonismo concedido pelo legislador, no vigente diploma processual civil, aos precedentes. Contudo, ao mesmo tempo em que concede a segurança jurídica ao jurisdicionado, pode alijá-lo de direitos, acaso não revistas periodicamente, em especial diante de alterações legislativas ou jurisprudência pacífica atual que conflita com o texto original da súmula.

Aliás, o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça entende e prevê esta necessidade, a saber: "Artigo 125. Os enunciados da súmula prevalecem e serão revistos na forma estabelecida neste Regimento Interno. §1º Qualquer dos ministros poderá propor, em novos feitos, a revisão da jurisprudência compendiada na súmula, sobrestando-se o julgamento, se necessário. (...) §3º A alteração ou o cancelamento do enunciado da súmula serão deliberados na Corte Especial ou nas Seções, conforme o caso, por maioria absoluta dos seus membros, com a presença de, no mínimo, dois terços de seus componentes".

Feitas essas considerações iniciais, cabe adentrarmos a Súmula nº 261, objeto do presente artigo, editada em 13/03/2002, tendo como referência a Lei Autoral anterior de nº 5988/73 onde definiu que: "A cobrança de **direitos** autorais pela retransmissão ra-

diofônica de músicas, em estabelecimentos hoteleiros, deve ser feita conforme a taxa média de utilização do equipamento, apurada em liquidação".

No que reside a necessidade de revisão/cancelamento da referida Súmula, não somente pela matéria encontrar-se sob a regência da Lei de nº 9610/98, assim como pela incongruência com o próprio entendimento do Superior Tribunal de Justiça com relação a competência do titular do direito de fixar o valor da licença, bem delineado nas vozes: do eminente ministro Marco Aurélio Bellizze, nos autos do Recurso Especial de nº 1937237 - SP (2021/0138906-9), *ipsis litteris*: "Ademais, é certo que o ECAD possui competência para fixar preços para a cobrança de **direitos** autorais, não cabendo ao Poder Judiciário imiscuir-se, em regra, em tais deliberações para definir qual o critério mais adequado. Nesse sentido: REsp 1.559.264/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 8/2/2017, DJe 15/2/2017", do eminente ministro Moura Ribeiro, nos autos do Agravo em Recurso Especial de nº 1.110.112 - DF (2017/0126438-2): "Na linha dos precedentes desta Corte, o ECAD possui legitimidade para, mediante métodos próprios, fixar o valor dos **direitos** autorais devidos", e da Eminente MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, nos autos do Agravo Regimental no Recurso Especial de nº 987.610 - RS (2007/0220173-1): "Ocorre que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se sedimentou no sentido de que é irrelevante o intuito lucrativo para a cobrança dos **direitos** autorais, bem como no sentido de que tem o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD legitimidade para fixar os critérios de cobrança, além de ser dispensável a relação das

Continuação: Luciano Delgado: Direito do titular de fixar valor e licença

obras executadas para a respectiva cobrança".

E o critério eleito pelo Ecad, em seu Regulamento de Arrecadação, baseia-se em especial na taxa de ocupação do hotel/motel e número de aposentos, não cabendo assim, conforme entendimento uníssono da Jurisprudência, alterar a vontade do autor, o que está ocorrendo quando se decide e mantém a referida súmula. E nada obstante o conflito da Súmula com o entendimento pacífico do STJ, é indubitoso que a sua

aplicação súmula privilegia o violador (que não dispõe de meios para aferir a média da efetiva utilização, em que pese o seu dever de obter a licença prévia e expressa, agindo de má-fé e beneficiando-se da sua torpeza), dificulta sobremaneira a liquidação e o consequente recebimento do direito violado, onerando por mais uma oportunidade o lesado não bastasse a violação do seu direito.

# Pirataria de artigos esportivos no Brasil causa R\$ 9 bi de prejuízo a empresas em 2021: "Consumidor paga conta"

O mercado ilegal de artigos esportivos no Brasil causa um prejuízo bilionário a clubes, fornecedores, revendedores oficiais e consumidores, muitas vezes lesados com produtos semelhantes aos originais e que invariavelmente pagam mais caro em função das **falsificações**. Só em 2021, o governo deixou de arrecadar R\$ 2 bilhões em impostos. Já as empresas do setor arcam com impacto negativo de R\$ 9 bilhões, já que 33% do mercado brasileiro neste setor atualmente é ilegal.

Os números são de pesquisa de campo encomendada pela Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice) à Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec). O estudo revelou ainda que 50% dos entrevistados que compraram produtos esportivos no ano passado adquiriram pelo menos uma peça pirata. O efeito dessa **falsificação** e venda em massa de produtos é sentido em todas as pontas da cadeia. E o consumidor, seja torcedor ou praticamente de esporte, acaba pagando a conta.

Dados do estudo encomendado pela Ápice sobre **pirataria** no Brasil - Foto: Reprodução

O diretor-executivo da Ápice, Renato Jardim, explicou que, ainda que a alta tributação sobre essa categoria no Brasil estimule o mercado informal, a **pirataria** em si traz prejuízo que acaba embutido no preço final.

- O consumidor de produtos originais está pagando a conta desse enorme mercado pirata que temos no Brasil. É preciso também considerar que paga uma conta alta em função de outros fatores, não só da **pirataria**. Principalmente a tributação. E a tributação alta é uma das origens da alta incidência de **pirataria**. Mas é claro que a **pirataria** também traz um custo. As empresas acabam tendo de investir para proteger suas

marcas, fiscalização, monitoramento do mercado, cooperar com autoridades, manter advogados especializados, enfim, é uma somatória que resulta em custo, que é embutido no preço dos produtos originais. Além disso, a **pirataria** reduz a escala de produção e venda dos produtos, e portanto, aumenta o custo - explicou Jardim.

Mercado de produtos falsificados representa cerca de um terço do total de vendas no setor - Foto: Marco Antônio Astoni

De acordo com o estudo encomendado pela Ápice, no ano de 2021 foram comercializadas mais de 482 milhões de unidades de itens esportivos, dos quais 33% não originais - mais de 157 milhões de unidades falsificadas vendidas. Além disso, 50% dos entrevistados compraram ao menos um artigo não original de produtos esportivos e 17% só compraram peças falsificadas. De acordo com os percentuais, cerca de 40 milhões de brasileiros adquiriram algum item falsificado no ano passado.

Jardim destacou ainda que o combate à **pirataria** não tem como alvo o "ambulante da porta do estádio". O diretor da Ápice diz que grandes organizações criminosas se aproveitam de uma legislação branda para usar a **pirataria** como forma de levantar recursos para custear delitos mais graves.

- É preciso atacar várias frentes. É preciso uma modernização da legislação para trazer maiores consequências aos responsáveis pela prática de **pirataria**. E aqui não estamos falando do vendedor na ponta. Muitas vezes as pessoas ficam com uma visão romântica de que quando estamos mexendo com **pirataria** é com aquele ambulante, o camelô do dia de jogo. Aquele ali está sendo explorado, ele precisa de outro tipo de assistência do estado. Está ganhando

Continuação: Pirataria de artigos esportivos no Brasil causa R\$ 9 bi de prejuízo a empresas em 2021: "Consumidor paga conta"

uma pequena comissão por venda. Há toda uma estrutura criminosas. As organizações criminosas já há alguns anos descobriram a **pirataria** como meio de levantar recursos para outros delitos mais graves.

Apreensão de **produtos** piratas em Brasília - Foto: Lucas Salomão / G1

Consultado pelo **ge**, Marcio Gonçalves, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp e da Associação Brasileira de Licenciamento de **Marcas** e Personagens (Abral), afirmou que a verba e o número de agentes empregados no combate à **pirataria** não são suficientes.

- O investimento mais relevante que o Governo Federal vem realizando, desde o ano de 2005, é institucional, e representado pela criação e manutenção do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria (C-NCP), no âmbito do Ministério da Justiça. Órgãos do Governo Federal direcionam verbas para ações de repressão a este crime, principalmente nas fronteiras brasileiras, mas que infelizmente, têm sido cada vez mais escassas, possibilitando o crescimento da **pirataria**, contrabando e descaminho. Os Estados, através das suas Polícias Civil e Militar, pouco investem na repressão à **pirataria**, com exceção de São Paulo. O número de agentes públicos envolvidos no combate a este tipo de crime está bem aquém do mínimo necessário, o que dá espaço ao crescimento do crime organizado.

Gonçalves reforçou que é importante no momento dar atenção especial ao mercado digital, pois está "bastante disseminado".

- Ambos os combates (físico e virtual) são importantes, mas o comércio de bens ilícitos através do ambiente digital merece bastante atenção, pois está bastante disseminado, podendo atualmente a **pirataria** digital ser vista como um dos principais vilões da concorrência desleal. Importante mencionar que as plataformas digitais têm se preocupado em desenvolver programas internos para receber de-

núncias e promover a remoção de itens ilegais, o que é um grande avanço.

Fla derruba 50 mil anúncios piratas e evita prejuízo de R\$ 18 milhões

Apesar de estar crescendo e ser um universo com grande alcance para venda de produtos, falsos ou não, o mercado virtual ainda representa uma parcela pequena do total de produtos esportivos vendidos no Brasil. Em 2021, foram 21 milhões de peças não originais compradas em varejo online, o que significa 13,4% do total, com 136,4 milhões de artigos piratas vendidos no varejo físico.

Já há movimentação de clubes de futebol para barrar a **pirataria** online de seus produtos, pelos quais recebem royalties. O Flamengo é um dos exemplos do que pode ser feito para evitar o prejuízo milionário da concorrência com artigos falsificados. Desde que começou a ser patrocinado pela plataforma de vendas digital Mercado Livre, o clube montou uma estrutura para combater a **pirataria**.

E os números são robustos. Além de manter uma pessoa diariamente procurando por esses anúncios de produtos falsos, o Flamengo contratou um escritório especializado nesse monitoramento. O **ge** apurou que o Mercado Livre já entrou em contato com outros clubes, como o Fluminense, para desenvolver o mesmo tipo de parceria na identificação de anúncios piratas.

Dados do Flamengo relativo ao combate à **pirataria** no mercado digital nos últimos 12 meses - Foto: Reprodução

O foco principal do Flamengo é a **pirataria** de produtos falsos, mas de aparência idêntica ao original e vendidos a preços similares, enganando o consumidor que estaria em busca de uma peça oficial. Só em 2021, foram 50.274 anúncios de **produtos** piratas denunciados e derrubados, sendo 14.740 em redes sociais e 35.534 em "marketplaces", plataformas

Continuação: Pirataria de artigos esportivos no Brasil causa R\$ 9 bi de prejuízo a empresas em 2021: "Consumidor paga conta"

como o próprio Mercado Livre. O valor estimado de mercado dos anúncios removidos é de R\$ 18.668.622,73. Os perfis denunciados tinham 6.236.098 seguidores no total.

```
|| {}]; var hostname = window.location.hostname; gl-  
b.ge = glb.ge || {}; glb.ge.multicontentNewsletter =  
gl b.ge.multicontentNewsletter || {}; gl-  
b.ge.multicontentNewsletter.globoId = glb.ge.multi  
contentNewsletter.globoId || {}; glb.ge.multicontent  
Newsletter.globoId.options = { authServerUrl: "h-
```

```
ttps  
bo.com/auth/realms/globo.com/protocol  
/openid-connect/auth", oidcProvider: "https://id.glo  
b o.com/auth/realms/globo.com", redirectUri: "h-  
ttps://" + hostname + "/login-callback.gh.html", scrip-  
tUri:  
"https://s3.glbimg.com/cdn/libs/globoid-js/prod  
/globoid-js.min.js", };
```

## JF manda INPI fazer plano de reestruturação e União repassar receitas

Relatório deverá ser apresentado em 90 dias, apontando pontos de ineficiência e as necessidades materiais, orçamentárias e funcionais para suas atividades. Propriedade intelectual JF manda **INPI** fazer plano de reestruturação e União repassar receitas Relatório deverá ser apresentado em 90 dias, apontando pontos de ineficiência e as necessidades materiais, orçamentárias e funcionais para suas atividades. sexta-feira, 29 de abril de 2022 CompartilharSiga-nos no

Sentença da 31ª vara Federal do RJ condenou o **INPI** - **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial a apresentar, em 90 dias, relatório com os pontos de ineficiência e as necessidades materiais, orçamentárias e funcionais para suas atividades, bem como um planejamento das medidas a serem progressivamente adotadas, com a respectiva previsão orçamentária, para a execução nos anos de 2022, 2023 e 2024, e que será objeto de análise e homologação judicial. A decisão proferida pela juíza Federal Caroline Somesom Tauk é mais uma etapa do chamado "processo estruturante".

Sentença da JF/RJ determina ao **INPI** que faça plano de reestruturação e à União que repasse receitas.(Imagem: Pixabay)

A ação civil pública foi ajuizada pela **ABPI** - Associação Brasileira de Propriedade Intelectual contra a União e o **INPI**, que objetiva a condenação do **INPI** à realização de plano de reestruturação de suas atividades, cabendo à União a garantia de receitas orçamentárias necessárias para a efetivação do plano, para que possam ser resolvidos os problemas estruturais do Instituto.

Dentre os fundamentos, a sentença destacou que o "STF, ao julgar a ADI nº 5.529, afirmou a ne-

cessidade urgente de reformulação das práticas da autarquia e faz apelo ao administrador público federal, incluindo o **INPI**, para que envide efetivos esforços para superar as deficiências na análise dos pedidos de patentes".

A sentença citou, ainda, a "legislação de regência (art. 3º da Lei nº 5.648/70 e art. 239 da Lei nº 9.279/96), que confere ao **INPI** autonomia financeira e inclui em seu patrimônio a receita resultante da execução dos seus serviços", bem como a natureza de preço público reconhecida pelo STF a tais receitas, ao julgar a ADIn 3.863, o que faz "presumir que deve haver alguma vinculação do produto da arrecadação à atividade que justifica a cobrança dos valores".

Em conclusão, a juíza Caroline Tauk enfatiza que "a violação ao sistema de proteção da **propriedade** industrial, que tem assento constitucional, se perpetua em razão do contexto em que o **INPI** vem atuando, contexto esse que não está de acordo com a legislação de regência (art. 3º da Lei nº 5.648/70 e art. 239 da Lei nº 9.279/96) e nem com as decisões da Suprema Corte (ADI nº 3.863 e ADI nº 5.529), de modo que a solução exige a reestruturação do funcionamento da autarquia", finalizou.

Os escritórios Dannemann Siemsen, Mattos, Osna & Sirena e Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados atuam no caso.

Processo: 5095710-55.2021.4.02.5101

Veja a íntegra da sentença.

Informações: JF/RJ.

Por: Redação do Migalhas Atualizado em: 29/4/2022 13:35



## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3

**Pirataria**

5

**ABPI**

8

**Marco regulatório | INPI**

8

**Propriedade Industrial**

8